

RECURSO ESPECIAL Nº 1.797.974 - SP (2019/0044728-6)

RECORRENTE : MUNICIPIO DE TAMBAU
ADVOGADO : JÚLIO CÉSAR ZUANETTI MINIÉRI - SP186564
RECORRIDO : UNIMED LESTE PAULISTA COOPERATIVA DE
TRABALHO MÉDICO
ADVOGADOS : LILIANE NETO BARROSO E OUTRO(S) - SP276488
PAULA REGINA GUERRA DE RESENDE COURI -
SP340947

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MUNICIPIO DE TAMBAU, com fundamento no art. 105, III, c, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

TRIBUTÁRIO APELAÇÃO EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - ISS - LOCAL DE RECOLHIMENTO MUNICÍPIO DE TAMBAU EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011. Sentença que julgou improcedentes os embargos. Apelo do contribuinte.

CERCEAMENTO DE DEFESA Prova documental suficiente para o deslinde da controvérsia Possibilidade de julgamento no estado em que se encontra o processo O juiz é o destinatário das provas Inocorrência de cerceamento de defesa.

SERVIÇOS PRESTADOS POR OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE - No regime da Lei Complementar 116/2003, a competência para cobrança de ISS é do local do estabelecimento prestador do serviço Precedentes do STJ e desta C. Câmara Em se tratando de serviços de operadoras de planos de saúde, a prestação não consiste no próprio serviço médico, mas na intermediação entre clientes e profissionais de saúde Precedente desta C. Câmara No caso dos autos, a autora possui estrutura física no Município de Tambaú, com quatro funcionários, com o fim de facilitar o atendimento aos munícipes Estrutura que, no entanto, não se caracteriza como estabelecimento prestador Relação perfectibilizada no Município de São José da Boa Vista, que é onde a autora desenvolve o núcleo do serviço, estipulando as cláusulas contratuais, efetuando o cadastramento da rede credenciada e tomando as decisões quanto à liberação de recursos Conclusão que não se altera pela possibilidade de se adquirir tais planos em Tambaú, já que a aquisição de um serviço, feita a pelo contratante, não se confunde com sua prestação, esta sim feita pela pessoa jurídica, que é o sujeito passivo da obrigação tributária - Incompetência tributária ativa do Município de Tambaú.

HONORÁRIOS RECURSAIS - Majoração nos termos do artigo 85, §11º, do Código de Processo Civil de 2015 - Possibilidade - Observância ao disposto nos §§ 2º a 6º do artigo 85, bem como aos limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do respectivo artigo - Majoração em 5%, totalizando a verba honorária em 15% do valor da causa - Verba honorária que passa a corresponder a aproximadamente R\$17.210,00. Sentença reformada Recurso provido.

Na origem, foram apresentados embargos à execução fiscal (no valor de R\$ 114.728,68), momento em que o contribuinte alegou a incompetência do Município de Tambaú/SP para a cobrança de ISSQN, ao argumento de que o local da prestação dos serviços não estava inserido nos limites territoriais do mencionado ente federativo.

Após sentença que julgou improcedentes os embargos à execução, o contribuinte interpôs recurso de apelação, ao qual foi concedido provimento para reconhecer que o serviço prestado pela empresa ocorreu em outro município, tendo como consequência a extinção do feito executivo.

No presente recurso especial, o recorrente aponta dissídio jurisprudencial com relação à interpretação dos arts. 3º e 4º da Lei Complementar n. 116/2003.

Sustenta, em síntese, que restou comprovado que a prestação dos serviços, fato gerador do ISSQN, ocorreu dentro do território do Município de Tambaú/SP, razão pela qual, o exequente possui legitimidade ativa para a cobrança do mencionado imposto.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

É o relatório. Decido.

Quanto à alegada divergência jurisprudencial, verifico que a incidência do óbice sumular n. 7/STJ impede o exame do dissídio, na medida em que o Tribunal de origem, ao analisar o conteúdo probatório dos autos, atestou que o local da prestação dos serviços não pertence ao Município de Tambaú/SP, ora exequente.

Nesse sentido, destaco:

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. HEPATITE C. INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL. AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SÚMULA 7/STJ.

1. O Tribunal a quo, procedendo com amparo nos elementos de convicção dos autos, entendeu que não há nexo causal entre a conduta dos agentes públicos e os danos sofridos pelos ora agravantes, e que estes não trouxeram provas para corroborar o que alegou.

2. Não é cabível em Recurso Especial o exame de questões que demandam o revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, em vista do óbice da Súmula 7 do STJ.

3. A incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem.

4. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp n. 1.612.647/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin,

Segunda Turma, julgado em 16/2/2017, DJe 7/3/2017.)

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) -
AÇÃO RESCISÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU
PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA AUTORA.**

1. A reforma do acórdão recorrido, no sentido de se entender pela falsidade da prova pericial, da existência de documento novo e da ocorrência de erro de fato, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, prática vedada pela Súmula 7/STJ.

2. A incidência da Súmula 7 do STJ impede o exame do dissídio, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 638.513/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 9/3/2017, DJe 15/3/2017.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator